

A INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NO INTERIOR DAS GERAES: O GRUPO ESCOLAR DE VILLA PLATINA COMO CONQUISTA DA RE(S)PÚBLICA

*PUBLIC PRIMARY EDUCATION IN THE INTERIOR OF THE REPUBLIC:
THE "VILLA PLATINA" PRIMARY SCHOOL AS A CONQUEST OF THE REPUBLICS*

Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro
Elizabeth Farias da Silva

RESUMO

A gênese da instrução pública primária no interior das *Geraes* teve origem nos primórdios da República, inaugurando os três primeiros grupos escolares do Triângulo Mineiro, por volta de 1908. Entre eles, o de Villa Platina, no município de Ituiutaba. Em 1930, um incêndio destruiu a memória documental do grupo. Os objetivos do estudo foram a reconstrução histórica dessa instituição escolar; a contextualização da emergência da escola laica e pública no Triângulo Mineiro; a análise da prática pedagógica da professora Alzira Alves Vilella. Os documentos remanescentes em mãos de particulares, diário de classe, planos de aulas, entrevistas com alunos da primeira turma (1910), jornais da época (*Gazeta de Uberaba*) ressignificaram a emergência de uma das primeiras Escolas Estaduais do Triângulo Mineiro. Finalmente, no diário de classe e planos de aulas têm-se os conteúdos, entre eles a poesia "Salve 14 de julho" de Castro e Souza, que revelam, juntamente às lições de francês, a influência da Modernidade e da cultura dominante.

Palavras-chaves: Triângulo Mineiro; Primeira República; Escola Estadual

ABSTRACT

The genesis of public primary education in the interior of the Republics had its origin in the beginnings of the Republic, inaugurating the first three public primary schools in the Triângulo Mineiro, around 1908. Among them the one in Villa Platina, in the municipal district of Ituiutaba. In 1930 a fire destroyed the historical archives of the school. The objectives of this study was to rebuild the history of this educational institution; contextualize the birth of secular and public school in the Triângulo Mineiro; analyze the pedagogical practices of the teacher Alzira Alves Vilella. The remaining documents found in the hands of private people, classroom diaries, lesson plans, interviews with students from the first group (1910), newspapers from that time, the Uberaba Gazette, all denoted the birth of one of the first State Schools in the Triângulo Mineiro. In conclusion, the subject matters can be found in the class diaries and lesson plans, among them the poem "Salve 14 de julho" by Castro e Souza. That showed, together with the French lessons, the influence of Modernism and the dominant culture.

Key words: Triângulo Mineiro; First Republic; State School

*Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Professora Adjunto IV da FEIT/UEMG. Coordenadora dos Cursos de História e Normal Superior. Contatos: laterza@ituiutaba.uemg.br.

**Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo-USP-SP. Professora Adjunto IV do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Contatos: lizbet@uol.com.br

1 - GÊNESE DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NO INTERIOR DAS GERAES

A “Escola Estadual João Pinheiro”, localizada no, atualmente denominado, município de Ituiutaba (Povoação do Rio Tijuco), foi criada em 1908, como Grupo Escolar de “Villa” Platina e implantada em 1910.

Hoje, a escola atende a 818 alunos no ensino fundamental. Em 1938, estavam matriculados 530 alunos no chamado Primário (1ª a 4ª séries).

A proposta deste trabalho é apresentar resultados de um estudo de caso. Por meio de documentos remanescentes em mãos de particulares (diário de classe, planos de aulas), via entrevistas e jornais da época, ressignificou-se a emergência de um grupo escolar no Triângulo Mineiro.

A confluência de técnicas de pesquisa diversas possibilitou uma perspectiva mais acentuada de análise, dada a escassez de documentos, devido a um incêndio, supostamente criminoso, ocorrido no antigo prédio da escola (Ituiutaba, 2001, p. 40).

Os objetivos deste estudo são:

- a) reconstrução histórica do Grupo Escolar de Villa Platina, hoje denominado João Pinheiro, no período referente a sua inauguração até os anos 30;
- b) contextualizar a emergência da escola laica e pública no Triângulo Mineiro nos primórdios da Primeira República;
- c) analisar a prática pedagógica da professora Alzira Alves Vilella.

Nesse sentido, trabalha-se *memória para criar memória*.

A primeira Constituição republicana separou formalmente Estado e Igreja (Católica) no Brasil. Tal medida quebrou um vínculo existente entre o primeiro Estado-Nação na Europa (Portugal) e a Igreja Católica, estabelecida em Roma. O processo desse vínculo conviveu com o surgimento do, hoje nominado, Brasil, enquanto colônia, vice-reino e império. O impasse estabelecido pela legislação somente foi solucionado no período autoritário do Governo Vargas.

Os republicanos em Minas Gerais, sob o novo federalismo, consideravam a educação uma prioridade para o revigoramento de Minas. No entanto, poucos repudiaram completamente o catolicismo. Na convenção estadual de Minas Gerais, os católicos saíram vitoriosos, a formal secularização da educação pública foi rejeitada e a instrução religiosa foi permitida nas escolas em terras mineiras (WIRTH, 1982, p. 138).

Com o governo de João Pinheiro, um positivista, em 1906 foi abolida a instrução religiosa nas escolas públicas e também os subsídios estaduais aos seminários. No executivo nacional, entre 1906 e 1909, o cargo foi ocupado pelo mineiro Afonso Augusto Moreira Pena. Note-se: o Ministério da Educação foi ocupado por um mineiro somente em 1930. Francisco da Silva Campos ocupará o cargo até 1932.

É nessa tessitura de circunscrição própria, isto é, um lugar de poder e querer próprio do Estado de Minas Gerais, e nesse contexto de embate entre o secular e o religioso, que é criada a futura Escola Estadual João Pinheiro, no atual município de Ituiutaba.

1.1 - O Grupo Escolar e a herança da tradição do Império

Para a recém Re(s)pública brasileira, coube uma herança, nos âmbitos da educação e da cultura em seu sentido restrito, pesada e deficitária.

Ao contrário das Américas anglo-saxônica e espanhola, a imprensa no Brasil foi proibida até a vinda da família real portuguesa quatro séculos após sua disseminação pela Europa. Ressalta-se que a imprensa sobejamente propicia a cultura letrada (SILVA, 2000, p. 36).

No caso do ensino universitário, somente em 1920 o Brasil terá sua primeira universidade, diferentemente da América Espanhola, que em 1822 já contava com 26 universidades (CUNHA, 1986, p. 11). É interessante lembrar, ainda, na área da educação, que os escravos eram proibidos de formalmente aprenderem a ler. Segundo Nabuco (1999, p. 131), entre 1839 e 1854, foram importados quatrocentos mil escravos.

Considerando o quadro existente, a péssima estrutura organizacional da instrução primária deixada pelo Império sugeria aos republicanos positivistas uma reversão urgente nessa esfera, visto que a educação pública seria uma das possibilidades para a criação de uma identidade nacional, nos moldes da nova forma de governo.

Em Minas Gerais, na primeira década do século XX, a instrução pública atingia cerca de 5% da população em idade escolar (FARIA FILHO, 1996, p. 34).

Nesse momento, o Rio de Janeiro, capital federal, vivia o que Needell (1993) denominou “*Belle Époque Tropical*”, e São Paulo começava a mostrar a faceta que a caracterizaria, no decorrer do século XX, iniciada com as levas de migrantes, muitos já com experiência em trabalho industrial.

O grupo escolar inseriu-se nesse cenário de implantação de um Estado baseado no domínio racional-legal, indicando para a educação uma racionalidade não só substantiva mas também instrumentalizada nos moldes do processo produtivo, no qual a força de trabalho é formalmente livre e com uma clara divisão desta entre o executar e o planejar. Nesse processo, também a hierarquia impera conjuntamente à plutocracia vinculada a uma competência. A hierarquia surge por parte de um Estado que se quer moderno, o controle do dominado e a concentração do domínio.

Em uma sociedade pré-letrada, como a brasileira, e habituada à força de trabalho escravo, em que o Estado era praticamente ausente em grande parte do território nacional, com exceção de eixos econômicos dominantes, a educação é um importante veículo deste. Entretanto, deve envolver racionalidade e mística. Antes da educação laica, a religião açambarcava os dois eixos. Com a educação secularizada também irão entrelaçar-se mística e racionalidade com a construção da crença na pátria como uma segunda família e a crença da educação como via de ascensão social.

O grupo escolar incorpora esses indicativos, particularizando-os, dependendo do lugar/espaço onde será instalado.

Inicialmente, o grupo escolar como modalidade de escola primária foi implantado em São Paulo, em 1893 (SOUZA, 1998, p. 127) e propagandeado em Minas Gerais através do inspetor técnico do Ensino, Estevam de Oliveira, que conheceu a modalidade em 1902 (FARIA FILHO, 1996, p. 33). O grupo foi institucionalmente aceito com a Reforma do ensino primário e normal de João Pinheiro, através da Lei nº 434 de 28 de setembro de 1906, sendo que o artigo 21 da citada Lei tratava especificamente dos grupos escolares.

Mourão (1962, p. 142-143) esclarece que “o número mínimo de escolas para constituir um grupo escolar seria de quatro, caso em que poderiam ser mistas. Cada escola deveria ter pelo menos a matrícula de 45 alunos”, e mais: “se houvesse tais condições, o governo poderia reunir em grupo escolar tais escolas”.

A Lei também previa, em seu artigo 28, aulas para o ensino prático de ofícios nos grupos escolares, para as quais o Secretário do Interior designaria “mestres de ofício” e o governo forneceria ferramentas e matéria-prima para o funcionamento

Pode-se observar primeiramente a preocupação com a aprendizagem de um ofício, tanto para os meninos como para as meninas, que são, de certa maneira, os convencionais até hoje: operários de construção e trabalhos de costura. Essa atitude representa uma iniciação para o trabalho e conseqüentemente para o mercado, em uma sociedade com menos de duas décadas sem trabalho escravo legal.

Mourão assinala um aspecto muito interessante da Reforma João Pinheiro Carvalho, Brito, o “da preocupação dos seus elaboradores com os métodos de ensino” (1962, p. 108). O autor, porém, traz uma nota após a exposição do programa de “Instrução Moral e Cívica”, na qual salienta: “O grave defeito deste programa (...) está em prescrever uma moral sem Deus. A mentalidade positivista dominante, na época, entendia por separação da Igreja e do Estado um agnosticismo oficial”. Prosseguindo, o autor escreve que o Estado “Não admitia fosse reconhecida a existência do Ser Supremo” (p. 131).

Deve-se observar também, na crítica feita por Mourão (p. 131), o reverberar, ainda em 1962, da supressão legal do ensino religioso nas escolas públicas em Minas Gerais no governo João Pinheiro e sua reforma educacional.

1.2 - O Grupo Escolar “Villa Platina” como um dos indicadores do processo de modernização

O Decreto nº 2.327 que criou o Grupo Escolar de Villa Platina foi assinado, pelo vice-presidente Júlio Bueno Brandão e por Estevão Leite de Magalhães Pinto, no dia 22 de dezembro de 1908 e publicado no “Minas Geraes Órgão Oficial dos Poderes do Estado” (Ano XVII, nº 304, p. 1), no dia 23 de dezembro de 1908. Para a concretização desse ato, a cidade de Villa Platina teve que se mobilizar através de sua elite econômica, política e educacional.

No momento da criação e implantação do Grupo Escolar de Villa Platina, era agente executivo Fernando Alexandre Vilela de Andrade (1908 a 1911), fazendeiro e portador de “diploma científico” (Minas Geraes, 1908, p. 911). Para possibilitar o funcionamento do Grupo Escolar, tornou-se obrigatório no município o ensino primário no meio urbano e rural, pois com tal medida seria conseguida a frequência necessária demandada pela Lei da Reforma João Pinheiro afeita aos grupos escolares.

Na “Gazeta de Uberaba” (Minas Geraes, 1908, p. 910), Villa Platina é descrita como uma “próspera localidade do Triângulo Mineiro”. Na mesma matéria, há um depoimento de uma autoridade policial que destaca: “A instrução tem sido a principal preocupação, não só do povo mas também do governo Municipal (...) e para se afirmar as nossas asserções, estão aqui o 'Colégio' S. Luiz sob direção particular; o grupo escolar, cuja adaptação do prédio já se acha concluída (...)”.

As referências em termos de produção econômica do município naquele momento eram a rizicultura e o gado *vacum*, mas havia um prognóstico de a cidade industrializar-se. Pode-se inferir, portanto, a capacidade de sua elite para pressionar a nova modalidade de ensino primário.

Como observado anteriormente, o agente executivo naquele momento era fazendeiro e junto a ele, com o desejo de construção de um grupo escolar, estavam outros da mesma atividade. É importante lembrar que a Constituição Republicana proibia o voto ao analfabeto, ao contrário do que acontecia nos primórdios do Império. Por isso, a elite tinha interesse na socialização secundária básica de seus futuros eleitores.

Além disso, podem-se inferir articulações no âmbito da política entre o domínio/poder estadual e o domínio/poder local, seja em sua manifestação tradicional, seja na moderna. Ressalta-se, porém, que essas articulações talvez possam ter seu crédito, uma vez que visavam à efetiva solução, por parcela do domínio nacional/regional/local, para a problemática do ensino primário no Brasil, herança por demais vergonhosa, proveniente do Império. Para justificativa de tal assertiva, reproduzimos, por escrito, o depoimento constante do arquivo do historiador local Hélio Benício de Paiva (reprodução em mão):

Tobias [...] detinha boa cosmovisão. Verificou que, dentre os assuntos, o primeiro que deveria atacar seria o do analfabetismo, imenso e de entristecer. A percentagem era de ruborizar. Dez anos depois, o recenseamento de Vila Platina (1915) assinalava a existência de 3.550 habitantes que sabiam ler e escrever e de 11.450 analfabetos. [...] na sua responsabilidade de Executivo, promoveu a constituição de uma associação “para a compra de um prédio dentro do perímetro urbano desta Villa [...] de modo a dar-lhe proporções e condições [...] a um internato [...]”. A comissão, encarregada da obra, compôs-se dele Tobias, Augusto Alves Vilela, Antônio Pedro Guimarães. Arlindo Teixeira elegeu-se tesoureiro e Fernando Vilela de Andrade, fiscal.

No dia 20 de junho de 1905, a obra (o internato) estava pronta e o “contrato dessa associação platinense é translúcido nos seus objetivos. Preto no branco. Traduz a preocupação dos promotores pelo progresso do ensino, com internato misto”.

O internato foi denominado Colégio Santo Antônio. É a partir dessa construção que o Grupo Escolar de Villa Platina se concretizará no atual município de Ituiutaba. É assinalado (Ituiutaba, 2001, p. 49) que o grupo escolar “mudou os hábitos, costumes dos tujucanos. Passou a ser palco das atenções e realizações esportivas, culturais da cidade”. Sublinha-se: o grupo escolar foi um dos indicadores de um processo de modernização que já adentrava pelo interior do recente país republicano.

1.3 - Compreendendo e revelando o conteúdo histórico do Grupo Escolar de Villa Platina

A documentação desta parte da exposição está vinculada a entrevistas, recibos, planos de aulas e diário de classe até o ano de 1921. Observa-se que a seqüência cronológica do material não é contínua.

O Grupo Escolar de Villa Platina, em seu primeiro momento, foi dirigido por um homem. Somente em 1927, seria dirigido efetivamente por mulheres, apesar de ter ocorrido um período transitório em que o grupo foi dirigido por mulher entre o primeiro e o segundo mandato da direção.

O primeiro diretor foi Benedito Chagas Leite, antigo professor do Colégio Santo Antônio. Sua escolha foi negociada no local entre Tobias da Costa Junqueira e a prefeitura, que condicionou a cessão do prédio do Colégio Santo Antônio à indicação do primeiro diretor. Nesse momento, a efetivação do diretor era indicação do poder executivo estadual. Negociações foram feitas. Indicativas, mostram um traço, até agora indelével, de nossa cultura política: o ostensivo apadrinhamento na ocupação de cargos. Vislumbra-se, dessa forma, na indicação do diretor, uma característica do domínio tradicional - a pessoalidade no preenchimento de cargos.

O primeiro diretor homem. As professoras, mulheres. Nominalmente aparecem três: Alzira Alves Vilella, que ocupou a direção, provisoriamente, entre o primeiro e o segundo diretor. A professora Alzira era filha do primeiro agente executivo do município (prefeito) Capitão Augusto Alves Vilella. As outras duas professoras citadas são Minervina Cândida de Oliveira e Ana da Silva, a Sianinha. Nas entrevistas feitas, o destaque é para a professora Alzira Alves Vilella (nome ainda indicativo de seu estado civil de solteira).

Como curiosidade: aparece entre a documentação um recibo de contribuição para a Caixa Beneficente. O documento recebe o nº 29, logo abaixo a inscrição “Renda do Estado de Minas Gerais”; exercício de 1914. O pagamento é do mês de maio e está no nome de Alzira Alves “Vilella” Tavares. A mensalidade foi recolhida na Coletoria de “Ituyutaba”.

Na Primeira República, foi criada uma série de Caixas Beneficentes, as quais, paulatinamente, faliram.

O Brasil, apenas na década de 30 do século XX, terá uma incipiente previdência social, que representa a tentativa de um estado de bem-estar social. Na Alemanha, isso já estava assentado no final do século XIX, por exemplo, para os idosos.

2 - A PROFESSORA ALZIRA ALVES VILELLA NO GRUPO ESCOLAR DE VILLA PLATINA

No início do século XX, o Triângulo Mineiro era área de prosperidade econômica, o que não significava necessariamente desconcentração de riqueza. Ituiutaba também era considerado um município próspero e sua produção econômica girava em torno da agricultura e do gado *vacum*, havendo germe que apontava para a industrialização do, então, recente município.

Os cargos políticos vinculados ao município estavam sob o controle de fazendeiros; os jornais anunciavam que a instrução era uma das principais preocupações da elite política local (Gazeta de Uberaba, out. 1908. In: Minas Geraes, 1908).

Além do interesse da elite política local na socialização secundária básica de seus eleitores, a região tinha condições de articulações em âmbito estadual (ARAÚJO; RIBEIRO; SILVA, 2003).

O Grupo Escolar de Villa Platina, a partir de 1927 denominado como João Pinheiro, não destoa com a caracterização e contextualização dada para os Grupos Escolares no país. Duas peculiaridades destacam-se: o prédio do Grupo Escolar de Villa Platina não foi construído como tal. As instalações do Colégio Santo Antonio (obra terminada em 1905), após negociações, transformaram-se nas instalações do Grupo Escolar de Ituiutaba. Também fruto de negociações foi a inserção de Alzira Alves Vilella como professora do referido Grupo. A citada professora não teve formação na Escola Normal e isso constituiu-se em um entrave. Filha de próceres da elite política local, sua indicação de aceite pelo governo estadual, como professora, provocou dissensos na política local.

Aprofundando a pesquisa, a professora Alzira Alves Vilella (Tavares, sobrenome do marido) destaca-se. Não só nas entrevistas, mas também por ser dela o parco material que sobrou do Grupo Escolar, após um incêndio na cidade que destruiu o prédio original do Villa Platina.

Alzira Alves Vilella (1893 - 1925) é representativa da professora tecendo a re(s)pública nas entranhas das Minas *Geraes*. Ela, como aluna, foi da primeira geração a receber o discurso fundador da então recente República Brasileira. Como professora do Grupo Escolar de Villa Platina (começou a lecionar aos 13 anos e faleceu quando faltava apenas um mês para sua formatura em Farmácia e Bioquímica), mostra uma continuidade de estudos que indica a postura de uma mulher profissional, para quem ensinar não era a continuidade do trabalho doméstico. Ressalta-se, ainda, que, segundo documentos fornecidos pela Biblioteca da Escola de Farmácia e Bioquímica de Alfenas, a professora Alzira Alves Vilella foi aprovada em 1º lugar no Vestibular. Seu ingresso no Ensino Superior possibilitou-lhe conseguir sua nomeação como professora primária no Estado de Minas Gerais. Assim, fez parte da primeira geração a propagar a coisa pública para a nova forma de governo (seu material didático assim indica).

As condições de infra-estrutura da construção do grupo eram precárias e todas as professoras e o diretor “levantavam a manga da camisa e iam trabalhar, limpando o grupo”. Alzira Vilella Tavares é citada nominalmente como empreendedora desta tarefa, em dias de chuva na cidade. Outra referência à professora é de sua irmã, Dona Alda: “Minha irmã não discriminava, amava os pobres e os ricos. Quando um aluno 'faltava' por não ter uniforme, ela chegava a fazer campanha para estes alunos e conseguia vesti-los”. Note-se como o termo discriminar é utilizado na acepção apenas de distribuição de riqueza.

Dona Alda também relata o embate da professora Alzira com um aluno, filho do prefeito: “Alzira não temeu a política; manteve sua postura como educadora. O aluno 'arrependeu-se' e, junto com um pedido de desculpas, levou para Alzira uma cesta de doces”.

O uniforme das crianças era feito por uma costureira conhecida como Dona Adelica. Segundo a entrevistada, o uniforme das meninas era branco, com mangas, havendo dois enfeites brancos em cada manga e com gravata. A saia era azul, rodada, “pregueada” e com comprimento à altura da canela. O uniforme dos meninos era azul, tanto a calça, comprida, como a camisa, que tinha também uma gravatinha na gola. Uniforme, uniformidade, a escola laica prepara cidadãos, todos iguais perante a lei, formalmente.

A sala de aula era freqüentada por meninos e meninas, porém, elas assentavam-se na frente da sala e eles no fundo. Os bancos eram de madeira, com espaço para dois alunos, sendo as duplas formadas sempre por alunos do mesmo sexo.

Continuando sua entrevista, a Senhora Alda relata uma passagem que possibilita verificar o nível de exigência de um determinado professor, em relação ao aspecto físico da sala de aula: “o professor Torrezão, um português que esteve aqui, tinha em sua sala todas as carteiras em amarelo”.

Na reprodução do rascunho de justificção de faltas da turma da primeira série, dos meses de fevereiro e março, da professora Alzira, aparecem cinco (05) meninos e o nome de nove (09) meninas. O ano é de 1914. Essa informação reitera a anteriormente citada pela Senhora Alda, no tocante ao ensino a crianças de ambos os sexos, na mesma sala. Entretanto, a lei, naquele momento, só permitia ensino misto no nível básico. À parte dos ofícios, a exigência era a separação de sexos.

Nesse mesmo rascunho do mês de março, em que já não é possível identificar a data, encontra-se anotação sobre uma lição: a conversão das léguas brasil (*sic*) e “geographica” em metros e as milhas marítima e inglesa também convertidas em metros.

Constata-se, por meio de fonte primária (Diário de Classe), que em 1914 a poesia “Salve 14 de Julho!” foi trabalhada. Presume-se que tenha sido no mesmo mês da Revolução de 1789 (Queda da Bastilha), porém, não é possível precisar essa informação. A poesia de autoria de Castro e Souza como anotado pela professora tem os seguintes versos:

*Dos vivos, cemitério era a Bastilha, outrora
 Às vezes por capricho e muitas sem motivo,
 Ficava um cidadão sepultado vivo
 Exposto da má sorte à garra que apavora
 Torturas mil, sem par, Quem é que isto hoje ignora?
 Passavam gerações naquelle antro nocivo,
 Essa outra inquisição imposta a um povo altivo
 Era uma affronta real da Independência à aurora*

*Foi quando, Desmoulin e Danton, dentre o povo,
Surgiram com seu verbo incandescente e novo
Levando-o da Bastilha à destruição intacta
Como nas multidões é que a potência medra,
Derruíram-na, afinal, sem medo, pedra a pedra,
Erguendo em seu lugar da Liberdade a data!*

Nos versos, o súdito já se transformou em cidadão, o povo aparece como o sujeito da história e as lideranças citadas são do período chamado “terror negro”, isto é, o momento mais radical do período histórico francês.

A Revolução Francesa é uma das referências na esfera da política do que hoje se trabalha como a categoria Modernidade. Nesta, a participação na *polis* é ressignificada, bem como a concepção de representado e representação. A poesia quiçá concretizasse na *poiesis* escolar o que alguns da elite intelectual brasileira sonhassem na *práxis*, no cotidiano do emaranhado das relações sociais do povo brasileiro. Hoje sabemos: a possibilidade da escola, na Primeira República, como viveiro de almas modernas (cidadãs) foi frustrante. Por outro lado, a fascinação pela cultura francesa através do ensino da sua língua seduziu gerações de estudantes brasileiros, mesmo na rede estadual de ensino. Em um dos planos de aula da professora Alzira, também de 1914, em que não é possível precisar o mês, está presente a lição de Língua Francesa tratamento pessoal, emprego do artigo. Todos os itens preparados (anotados) em francês.

Além disso, encontra-se um texto intitulado “O egoísta” (*sic*), uma lição de análise lógica. Do texto “Descrição da flor”, reproduz-se, aqui, um trecho, pois o mesmo demonstra a sensibilidade da professora: “A flor é o mais belo ornamento da natureza, é ela a inspiração dos poetas, a alegria das crianças, o encanto dos jardins”. Uma sensibilidade aproximativa mais da visão contemporânea de natureza.

Encontra-se, ainda, em um dos planos de aula de Dona Alzira, datado de 1917, um texto intitulado “O Trabalho”. Ressalta-se a data. No texto, nitidamente a lição: todos devem trabalhar; o trabalho dignifica o homem; divisão do trabalho manual e intelectual e, ainda, como o trabalho permite ao homem esquecer seu sofrimento. Objetividade de senso comum e subjetividade mesclam-se na construção de uma concepção de trabalho livre em uma sociedade com quase quatro séculos de escravidão. Como pano de fundo, subliminar: a riqueza é consequência do trabalho e não produto dele.

Alzira Alves Vilella, privilegiada por nascimento, privilegiável fez-se no contexto e texto de sua vida. Na confluência dos acontecimentos, impôs pauta. Casou-se contra a vontade da família e assumiu viuvez, com um filho, após apenas um ano de casamento.

Na sala de aula, representava ela a feminização da profissão. No início da industrialização e urbanização, no interior do Brasil, viajava de trem do oeste (Triângulo Mineiro) para o sul de Minas Gerais (Alfenas), onde fazia Faculdade de Farmácia (seu pai era farmacêutico prático). Pertenceria à turma de 1925.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola laica e pública, após a Revolução Francesa, torna-se um agente socializador extremamente importante para a consecução do Estado Moderno, para a construção de uma identidade nacional e de cidadania.

Indubitavelmente sofre a escola pública, principalmente no Brasil, um domínio legal cerrado por parte do Estado, entretanto, tentou-se e tenta-se, por meio de uma relativa autonomia de milhares de professores anônimos, desenhar possibilidades com os alunos. Haja vista o verificado na pesquisa.

Com o material disponível, e com um trabalho de campo com três egressos (turma de 1910) da atual Escola Estadual João Pinheiro, é possível compreender e avaliar a afirmativa, a seguir, de forma mais criteriosa na escola trabalhada aqui, mas a fala de uma entrevistada atual (uma das diretoras) talvez desvele/revele:

Apesar do surgimento das escolas particulares, a Escola Estadual João Pinheiro manteve sua posição secular de escola de qualidade, e pertencer a ela continua, através dos tempos, a ser o sonho de muitas famílias, crianças, adolescentes, adultos e profissionais da educação [...]

Os Grupos Escolares, pode-se indicar, funcionaram como uma das estratégias dessa parcela da elite republicana em erigir um novo simbólico e imaginário através da educação pública e laica.

A disposição para compreender o mundo com uma visão com pressupostos seculares e idéia de progresso toma forma no Brasil com a denominada *geração 70*.

SCHWARCZ (1993, p. 150) assinala:

Segundo vários críticos, coube à “geração 70” a introdução do Brasil na modernidade cultural, na medida em que se propunha o rompimento com o pensamento religioso em prol de uma visão laica do mundo. Com efeito, a partir desse momento toma força um movimento de contestação à teoria do direito natural em que a ordem social era compreendida como absolutamente rígida e imutável.

Na origem, os Grupos Escolares emergem em São Paulo, após a reforma propugnada por Caetano de Campos, em 1891, e depois entranham-se por todo o país. Em Minas Gerais, eles chegam com a Reforma do ensino primário e normal perpetrada por João Pinheiro, governador falecido no cargo, em 1908, com a Lei nº 434 de 28 de setembro de 1906.

Com os Grupos Escolares chega ao Brasil, no dizer de NÓBREGA (2003, p. 252),

uma forma de organização administrativa, pragmática, metodológica e espacial baseada nas concepções educacionais de tipo “moderno” já em uso em algumas escolas particulares à época, como a Escola Americana de São Paulo, fundadas num ideal de racionalização, pode-se dizer numa economia escolar, dominantes na Europa e nos EUA na segunda metade do século XIX e início do século XX.

Nesses novos templos, os denominados, pelos republicanos, sacerdotes da religião do saber (TEIVE, 2003, p. 239-240) cumprirão suas missões de formatar as almas dos futuros cidadãos republicanos brasileiros.

É no Grupo Escolar que pela primeira vez aparece na escola pública a figura do diretor, o ensino misto, bem como alguns materiais didáticos novidades nas escolas primárias públicas como mapas, gravuras, jogos matemáticos (NÓBREGA, 2003, p. 257), entre outros.

É também a partir daí que a instrução pública terá uma relação com o regime, via ideário republicano. Nesse ideário estava o desejo de fortalecimento da nacionalidade, da cidadania (NÓBREGA, 2003, p. 258).

Associava-se a República com o novo, o moderno; e o Império com o velho, o ineficaz e retrógrado.

A formação de professores, através da Escola Normal, não ficou imune às transformações provenientes do novo. O currículo foi modificado nas novas bases propostas: Reforma dos métodos e reforma do mestre eis, em uma expressão completa, a reforma escolar inteira (BARBOSA apud TEIVE, 2003, p. 238). Disciplinas vinculadas às Ciências Naturais foram enfatizadas (História Natural, Física, Química) e as disciplinas de Geografia e História estavam agora vinculadas intimamente à formação moral e cívica (TEIVE, 2003, p. 244).

É interessante salientar que, antes da proclamação da república no Brasil, percebe-se um movimento de feminização da profissão. Em Minas Gerais, no final da década de 70 do século XIX, tem-se um índice de 64% de participação feminina nos registros dos diplomas de normalistas (MUNIZ, 2003, p. 330).

Analisando o material didático fornecido pela família da professora Alzira Alves Vilella, o mesmo revela uma prática pedagógica além da doxa estabelecida pela sociedade, táticas de uma subordinada às suas diretrizes. Na conclusão, emerge uma professora com representação e papel social extemporâneos.

4 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, J. C. S.; RIBEIRO, B. de O. L.; SILVA, E. F. da. Notícias das “Geraes”: o grupo escolar de Ituiutaba no Triângulo Mineiro como uma realização republicana. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 6., 2003, Aracaju. **Programação e Resumos**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, Campinas: HISTEDBR, 2003. p. 205-206.

BRASIL. A constituição de 1824. In: BRASIL. **As constituições do Brasil**. Brasília: Programa Nacional de Desburocratização (PRND)/Fundação Rondon-Minter/Esopo Editora, 1986.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. In: VIANNA, P. D. **Constituição federal e constituições dos Estados**. Rio de Janeiro: F. Briguier & Cia., 1911. p. 53-69. v.1.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**. Da colônia à era de Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar em Belo Horizonte (1906/1918)**. São Paulo: Faculdade de Educação/Universidade de São Paulo, 1996 (tese de doutorado).

ITUIUTABA, Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Centenário de Ituiutaba**. Ituiutaba, 2001.

MINAS GERAES. Anuário de Minas. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1908.

MINAS GERAES. Órgão Oficial dos Poderes do Estado de Minas Geraes. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, dez. 1908-jan.1909.

MOURÃO, Paulo K. Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930)**. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.

MUNIZ, D. C. G. **Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1835 1892)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/FINATEC, 2003.

NABUCO, Joaquim. **A escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical**. Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NÓBREGA, P. de. Grupos escolares: modernização do ensino e poder oligárquico. In: DALLABRIDA, N. (Org.). **Mosaico de escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p. 253-280.

PAIVA, Hélio Benício de. Arquivo pessoal. Ituiutaba, 1986.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, E. F. da. **Ontogenia de uma universidade**. A Universidade Federal de Santa Catarina. São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2000 (tese de doutorado).

SOUZA, Rosa Fátima de. **O direito à educação:** lutas populares pela escola em Campinas. Campinas: Editora da Unicamp, Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1998.

TAVARES, Alzira Alves Vilella. *Diário de Classe (1914-1921)*. Villa Platina, Minas Geraes.

TEIVE, G. M. G. A escola normal catarinense sob a batuta do professor Orestes Guimarães. In: DALLABRIDA, N. (Org.). **Mosaico de escolas:** modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p. 221-252.

WIRTH, John D. **O fiel da balança:** Minas Gerais na Federação Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.